



GEOGRAFIA HISTÓRICA E O PAPEL DAS ILHAS LENDÁRIAS NA CARTOGRAFIA DO SÉCULO XVI: HERANÇAS E ENTREMEIOS

Me. Deyse Cristina Brito Fabrício¹
Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte²

RESUMO

Este texto discute questões metodológicas acerca do estudo das geografias do mar, com base em aspectos históricos do elemento aquático em heranças da Antiguidade e do Medievo. Abordamos as obras de Homero e Hesíodo para indicar as fronteiras do ecúmeno no Oceano, inserindo também mitologias acerca de lugares lendários, particularmente as ilhas atlânticas. No recorte histórico do século XVI apresentamos o mapa *Typus Orbis Terrarum*, do atlas *Teatrum Orbis Terrarum* (1570), composto pelo cartógrafo Abraham Ortelius. Trata-se de um dos artefatos mais conhecidos da cartografia renascentista, contendo dois detalhes sobre ilhas imaginárias no Atlântico Norte: a ilha Brazil e a Ilha de São Brandão. A partir desse aporte discutimos o papel das ilhas lendárias em contexto renascentista, tecendo aproximações com as antigas heranças sobre os confins do ecúmeno e o papel do oceano.

Palavras-chave: Geografia Histórica; Abraham Ortelius; Mitologia celta; Colunas de Hércules.

ABSTRAIT

Ce texte aborde des questions méthodologiques concernant l'étude des géographies marines, à partir des aspects historiques de l'élément aquatique dans les patrimoines antiques et médiévaux. Nous abordons les travaux d'Homère et d'Hésiode pour indiquer les frontières de l'écumène dans l'océan, insérant également des mythologies sur des lieux légendaires, en particulier les îles de l'Atlantique. Dans le cadre historique du XVI^e siècle, nous présentons la carte *Typus Orbis Terrarum*, de l'atlas *Teatrum Orbis Terrarum* (1570), composée par le cartographe Abraham Ortelius. C'est l'un des artefacts les plus connus de la cartographie de la Renaissance, contenant deux détails sur des îles imaginaires de l'Atlantique Nord: Ilha Brazil et Ilha de São Brandão. Sur la base de cette contribution, nous avons discuté du rôle des îles légendaires dans un contexte de la Renaissance, en tissant des rapprochements avec les héritages antiques sur les extrémités de l'écumène et le rôle de l'océan.

¹ Doutoranda em Ensino e História de Ciências da Terra. Universidade Estadual de Campinas - SP. Instituto de Geociências. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), deysecbf@gmail.com;

² Docente do departamento de Geografia. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências, acarlosvitte@gmail.com.



Mots-clés: Géographie historique; Abraham Ortelius; mythologie celtique; Colonnes d'Hercule.

INTRODUÇÃO

Estudar as geografias do mar permite pensar em escalas que transcendem a esfera do estado-nação, do local e do nacional (LAMBERT; MARTINS; OGBORN, 2006, p.479). Como dimensão de trocas e intercâmbio de ideias, mercadorias, flora, fauna e doenças, o mar é um elemento de estudo por si mesmo. É materialidade dotada de energia e não apenas cenário inerte, pois passível de imaginações e experiências, que permeiam diversas culturas no tempo e no espaço. Considerando que há diversas maneiras de se abordar a temática do elemento marinho, o trabalho de Lambert, Martins & Ogborn (2006, p.479) aposta nas dimensões “imaginativa, estética e sensível” para essas geografias. *Terrae incognitae* desde a Antiguidade, o Oceano pode ser estudado como um “elemento em si”, com base nas “representações elaboradas ao longo dos séculos, à medida que o homem se esforça para o conhecer e o domar” (CORBIN, 2004, p.11, tradução livre).

No *locus* ocidental, o oceano constituiu a incerteza ontológica, um símbolo apocalíptico que pode ser situado, também, como origem de todas as coisas, exercendo papel no pensamento geográfico. Foram influentes as ideias de vastidão, do sublime, do medo, dos deuses em vingança e do caos. O dicionário *online* clássico de Oxford rememora o Oceano circular e sua menção nas obras de Homero e Hesíodo, ligadas à ideia de *exokeanismos* (PURCELL, 2015, s/p.). A questão literária levou comentadores a adotar o termo *exokeanismos* para a mitificação do que se apresenta como longínquo e inacessível, na visão Greco-romana (STOCKHAMMER, 2013, p.131). No presente trabalho mencionaremos as mitologias gregas sobre o mar, como em Homero e Hesíodo, havendo opção nossa em destacá-las como basilares para a Idade Média. Outrossim, há outras mitologias que atribuem papel ativo ao mar, a exemplo da tradição celta, influente em lendas e mitologias medievais.

O presente texto tem como objetivo abordar historicamente mitologias relativas ao Oceano Atlântico e os limites do ecúmeno, particularmente durante a Idade Média e suas heranças da Antiguidade. Pretendemos inserir o papel do alargamento dos horizontes que se configura no século XVI a partir da contextualização das ilhas



paradisíacas e lendárias como entremeio, tais como a Ilha de São Brandão e a Ilha *Brazil*. Por fim, situaremos o *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius (1570) a partir do mapa *Typus Orbis Terrarum*, que contém a representação das ilhas mencionadas, testemunhando fronteiras pouco nítidas entre real e imaginário, mesmo no contexto do “primeiro atlas moderno”.

METODOLOGIA

A partir de pesquisa documental e histórica, bem como análise cartográfica, acessamos arquivos digitalizados disponíveis no sítio da Biblioteca Nacional³, em especial a edição espanhola do *Theatrum Orbis Terrarum*, de Abraham Ortelius (ORTELLO, 1602). Em acréscimo, fizemos levantamentos mais gerais sobre mapas em que constam representações das ilhas *Brazil* e/ou São Brandão no século XVI.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o aedo Homero (século VIII a.C.), o Oceano assume a personificação de divindades, principalmente pelo domínio de Poseidon. Na obra *Odisseia*, a saga do herói Ulisses se desenrola no mar, que incorpora a fúria do referido deus. O itinerário de Ulisses é um enfrentar de tempestades, naufrágios, situações à deriva e perda de seus companheiros. Um desejo de retorno à sua pátria, Ítaca, que se traduz no esforço de ultrapassar os mares através de sua astúcia, por perigos e mistérios. Por isso, a *Odisseia* se traduz numa “epopeia do retorno”, doloroso, que incorpora os perigos de um “mar de angústia”, no anseio do protagonista para desembarcar finalmente em Ítaca (HARTOG, 2004, p.88). “Para Homero o mar é, claramente, um lugar de perdição, uma ameaça perpétua na qual só com a ajuda divina se consegue navegar” (TOMÁS, 2013, p.11).

A *Odisseia* traduz o mar como frações de perigo e mistério. “O mar é sempre uma ameaça. Ele é o lugar de tempestades repentinas, de ventos contrários e de naufrágios noturnos” (HARTOG, 2004, p.89). Advertido pela feiticeira Circe⁴, Ulisses enfrenta perigos marinhos, como as enganadoras sereias, o monstro Cila e o redemoinho

³Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>, acesso em 14 maio 2021.

⁴ Stockhammer (2013, p.134, tradução livre) realiza interessante analogia com a atualidade acerca dos conselhos de Circe a Odisseu quanto aos perigos do mar: “Circe, *trip advisor* de Odisseu (para usar o nome de um aplicativo popular do *Facebook*) (...)”.



de Caribdis, narrativas que, em conjunto, são consideradas “episódio emblemático” da epopeia (HARTOG, 2004, p.97).

Por seu turno, Hesíodo (século VIII a.C.) conta a sucessão de acontecimentos que culminam com o domínio de Zeus, na *Teogonia*. Nesse desenrolar da origem do cosmos, o Mar se faz presente em linhagens primordiais (TOMÁS, 2013, p.11). Tais cosmologias respondem pela configuração do Universo e pela poética de narrativas geográficas, bem como pelas explicações dos arquétipos marinhos. Admitindo acréscimos e variações, o legado dos perigos do mar se perpetuou ao longo dos séculos.

Assim, em termos mitológicos, as viagens e explorações, inclusive pelo mar, guardam uma “ancestralidade divina” (ROLLER, 2006, p.XV). Nesse ponto se inclui “todo um gênero de literatura de fantasia sobre viagens a lugares remotos, começando com a Odisseia” (ROLLER, 2006, p.XV tradução livre). Abordando a temática da exploração do Oceano Atlântico e as expedições empreendidas durante a Antiguidade, Roller (2006, p.XV) escreve: “Os primeiros exploradores foram os deuses e os heróis”. A interdição do mar vem dos próprios deuses, como atestam os escritores Eurípedes (480-406 a.C.) e Píndaro (522-443 a.C) (ROLLER, 2006, p.2). “O mar é periferia, limite e fronteira última do mundo conhecido e seguro” (LOPES, 2009, p.89).

Os temas marinhos e teratológicos mobilizados pelas epopeias da Antiguidade formaram arcabouços de lendas, sendo que motes comuns promoveram diálogos e intercruzamentos entre diversas narrativas. Esses motes podiam ser passíveis de acréscimos e variações, perpetuando seu legado e difusão dos perigos do mar ao longo dos séculos.

O promontório que leva o nome de Hércules, o herói semi-deus, demonstra a tamanha participação dele nas definições do ecúmeno e dos limites da navegabilidade do Atlântico. O personagem foi considerado um viajante divino, num percurso que passa pelo nordeste da África. Seus doze trabalhos findaram no reino mítico e paradisíaco do Jardim das Hespérides, onde havia um dragão a guardar maçãs de ouro (LOPES, 2009, p.25). Por isso, Hércules é personagem notável, associado em narrativas antigas aos lugares remotos (ROLLER, 2006, p.XV). Localizadas no Estreito de Gibraltar, as Colunas de Hércules foram o marco-mor da ocidental interdição oceânica (LOPES, 2009, p.25).

As viagens exploratórias da Antiguidade, mesmo que algumas factíveis, agregaram elementos fantásticos em seus relatos, muitos dos quais foram transmitidos



aos gregos de forma confusa, como os empreendimentos do cartaginês Hanno, que percorreu os trópicos africanos ocidentais no século V a.C. (ROLLER, 2006, p.15). Havia especulações sobre o que haveria além da interdição marítima do Atlântico e se a África seria circum-navegável, questões que se perpetuam até o século XV (ROLLER, 2006, p.XVII). Estas inexatidões a respeito do Oceano o colocam em caráter de ambiguidade, “lugar hostil à natureza humana ou fonte de inspiração” (CORBIN, 2004, p.12). Confirmando essa ideia, Hartog (2004, p.95) escreve: “Do ponto de vista do imaginário, o mar é como um reservatório de todas as possibilidades”.

Considerando que “o Atlântico tem caráter ambíguo já desde os Gregos” (LOPES, 2009, p.25), podemos interpretar as aventuras dos heróis gregos como suscitadoras de um imaginário marítimo que incita descobertas, mas que primou pelo adverso, numa multiplicidade de significados. Dessa maneira, a Idade Média herdou concepções da Antiguidade segundo autoridades livrescas, em que “o mar surge na maioria das vezes como algo longínquo” (LOPES, 2009, p.34). Tem proeminência a visão continental do mar, compartilhada por estudiosos compiladores, como Isidoro de Sevilha (século VII) (LOPES, 2009, p.35). Neste, é marcante a influência do autor romano Plínio que, no século I, não deixou de retratar o Oceano como perigoso e receptáculo de monstros (LOPES, 2009, p.35).

Dessa maneira, a Idade Média herdou concepções da Antiguidade que apresentavam o mundo tripartite (Ásia/Europa/África) circundado pelo Mar/Oceano, marcando o limite do mundo conhecido. O eminente enciclopedista medieval Isidoro de Sevilha foi influenciado não somente por autores considerados pagãos, mas também pelo modo como se compilava o conhecimento e os temários geográficos. Inserindo os elementos naturais nas características do maravilhoso medieval, Sevilha acabava por realçar o caráter perigoso do Oceano que rodeia a Terra.

A visão mitológica bíblica, marcante no ambiente intelectual da Idade Média, mescla medo e salvação. O primeiro capítulo do Gênesis apresenta o mar benigno, com águas que foram separadas para que a terra ocupasse seu lugar. É importante ressaltar, assim, que as escrituras sagradas contêm passagens em que as águas são benéficas, como o Livro de Jonas; a abertura do Mar Vermelho; o episódio em que Jesus caminha sobre as águas e o sacramento do batismo. Porém, o predomínio foi o caráter adverso, algo já explicitado no pensamento greco-romano e que entrou na tradição cristã pela



assustadoras águas da punição divina. O Dilúvio descrito no Gênesis (LOPES, 2009, p.28) indicava um “retorno ao caos primitivo” (DELUMEAU, 2001, p.47).

O Oceano circular é o que atribui unidade ao ecúmeno tripartite, além do qual se encontrava crescentemente o caos. As explicações do ecúmeno vão compactuar com diversos aspectos mitológicos, numa “concepção mítica do espaço geográfico” (WITTMANN, 2015, p.239, tradução livre). Assim, os elementos de *mirabilia* têm peso na visão de mundo do Medievo, entendendo que o maravilhoso é uma categoria e faz parte do cotidiano (LE GOFF, 1990). Como o Oceano representava a externalidade máxima do ecúmeno e, historicamente, esteve associado ao maravilhoso, com suas ambiguidades entre perigo e fascínio, o domínio teratológico nele se acentuou, constituindo o antimundo.

Apesar do mar ser enquadrado como “elemento hostil”, associado ao perigo e à morte (DELUMEAU, 2001, p.41), também constituía uma fronteira para os reinos de seres míticos. Nesse caráter ambíguo do oceano consiste o “maravilhoso oceânico”, fruto da curiosidade pelo desconhecido (FONSECA, 1999, p.17). “Nas suas fronteiras e para lá delas tudo é simbólico e mítico. É o cenário por excelência do maravilhoso” (LOPES, 2009, p.14). E como encontrar esse “maravilhoso oceânico” senão nas ilhas que o permeiam?

As ilhas fazem parte da “concepção geográfica medieval” (WITTMANN, 2015, p.237) e do modo como se descrevem os confins do mundo conhecido. No peso da tradição conjugada pelos escritos medievais, os limites ocidentais do mundo estão nas ilhas (WITTMANN, 2015, p.239). “(...) Microespaços concretos, as ilhas são pontes por excelência para o imaginário e o maravilhoso. Prova-o o facto de desde muito cedo constituírem lugares especiais da imaginação dos europeus (...)” (LOPES, 2009, p.154).

Homero e Hesíodo, num plano simbólico, catalogaram as ilhas fazendo delas “reservatórios de mitos” (LESTRINGANT, 2006, p.115). Sendo assim, ilhas diversas surgem no caminho do herói homérico Ulisses, a enfrentar os perigos e os deleites da insularidade. Sua jornada final é uma ilha, a derradeira pátria: Ítaca. Ilha ansiada pelo homem que negou a imortalidade concedida pela ninfa Calipso. Trocou a ilha da imortalidade e dos deleites por sua terra natal, por sua amada Penélope. A *Odisseia*, portanto, se passa no entre-ilhas, denotando a “importância mitificadora” da ilha na obra homérica (WITTMANN, 2015, p.239).



Nessa insularidade, as Ilhas Afortunadas ou dos Bem-Aventurados foram consideradas lugares lendários “de recompensa para aqueles que adquiriram a felicidade eterna” (ROLLER, 2006, p.3, tradução livre). A primeira menção à Ilha dos Bem-Aventurados é atribuída a Hesíodo em sua obra *Os trabalhos e os dias*, que relata o suceder das eras da humanidade e a perda da união harmônica entre deuses e humanos conferida anteriormente na Idade do Ouro (WITTMANN, 2015, p.239). O aedo situa as Ilhas Afortunadas nas bordas do Oceano ocidental, ou seja, lhes atribui “localização geográfica”, ainda que muito vaga (WITTMANN, 2018, p.235). É nessa “interrelação fundamental” entre as paradisíacas Ilhas Afortunadas e os “extremos do mundo” que devemos nos ater para inserir o papel do Oceano e seu alargar (WITTMANN, 2018, p.235).

A ilha dos Bem-Aventurados é um lugar lendário que faz parte da tradição clássica, legado que congrega ideias paradisíacas e utópicas, aliadas à sua localização em partes específicas na conceitualização do mundo em diversas épocas. Na Antiguidade e Idade Média tinham localização imaginária, mas não menos imersa na realidade, com vistas ao intercruzamento entre real e imaginário que se processava. Ilha escondida, talvez interdita por vontade de Deus, como a religiosidade cristã pregava.

A ideia de fronteira no Medievo é singular, sendo que admitir o peso da tradição é entender os limites do ecúmeno nesse registro. As Ilhas Afortunadas eram um dos símbolos que marcavam a passagem para um outro domínio. Algo conflui: nos extremos do Ocidente ou Oriente, o Paraíso é um “outro mundo” porque como tal deve ser concebido na Idade Média, pródiga na fabulação, pródiga em mesclar o real e o imaginário. Quando situado no Oceano ocidental, “abrindo para o distante, o mar desembocava outrora em países insólitos onde tudo era possível e onde o estranho era a regra – um estranho muitas vezes assustador” (DELUMEAU, 2001, p.52).

A partir de fontes bíblicas, a localização do Paraíso Terreal ficava na longínqua Índia, mas poderia também estar na extremidade Oeste, aonde o sol se põe. Algo conflui: nos extremos do Ocidente ou Oriente, o Paraíso é um “outro mundo” (MAHN-LÖT, 1989, p.47) porque como tal deve ser concebido na Idade Média, pródiga na fabulação, pródiga em misturar o real e o imaginário. Além disso, no oceano ocidental ficaria a passagem para o reino dos mortos a partir da “barca de Charon, navio dos mortos também conhecido pelas lendas célticas e pelas do Extremo Oriente” (DELUMEAU, 2001, p.46).



Semelhante ao Oceano ocidental, o local paradisíaco é lúgubre, em meio às névoas, constituindo o destino apropriado para os virtuosos, heróis ou santos. Afinal, santos cristãos em peregrinação se confundiam com heróis em aventuras. Os eremitas da tradição celta vagueavam pelo mar ou pelo deserto? Os elementos se confundem quando nos expressamos em termos do maravilhoso medieval. “Por muito tempo o oceano desvalorizou o homem que se sentia pequeno e frágil diante dele e sobre ele: razão pela qual os homens do mar eram comparáveis aos montanheses e aos homens do deserto” (DELUMEAU, 2001, p.42). O mar podia significar o deserto, no sentido de retiro, e as ilhas seriam roteiros para o encontro do Paraíso pelos eremitas (LOPES, 2009, p.149).

O mito de Avalon faz parte do arquétipo paradisíaco que envolve a história de Merlin, inserindo a ideia de uma ilha mágica e revitalizadora na tradição celta, ilha que é semelhante às Afortunadas gregas. Nesse sentido, com a lenda celta da Ilha de São Brandão, o tema do Paraíso terreal se afirma uma vez mais, dessa vez localizado misteriosamente no Oeste. Como imaginária, mas real no espírito medieval, a narrativa referida articula uma profusão de ilhas que revelam a jornada do peregrino assumindo o caráter de exilado em provação (CORBIN, 2004, p.12). Outra variação da lenda de São Brandão é a existência da ilha atlântica de *HyBreasail* ou *Brazil*, remetendo ao “abundante patrimônio de lendas nórdicas e celtas” (DALL’AGNOLA & BEVILACQUA, 2006, p.1149, tradução livre).

Essas lendas inspiraram expedições em que potências marítimas visavam fincar a própria bandeira em alguma ilha paradisíaca. No caso da Ilha de São Brandão, outrora considerada localidade fatídica, mobilizou expedições no século XVI, motivadas por elementos do maravilhoso medieval, como a Fonte da Juventude. Foram registradas quatro expedições no período, logicamente sem sucesso, impulsionadas pela Coroa espanhola (BENEDICT, 1892, p.344). O estímulo maior deveu-se à concessão dos direitos de domínio das Ilhas Canarias à Espanha por parte de Portugal, em 1519. É interessante que, no documento de renúncia àquelas possessões por parte de Dom Manuel I, constava a Ilha Perdida (ECO, 2013, p.156). Em vista disso, a primeira expedição espanhola às ilhas de São Brandão teve início em 1526, com vistas a descobrir aquela porção terrestre, ainda desconhecida, mas existente por convicção (BENEDICT, 1892, p.344). Mesmo com o insucesso, São Brandão permaneceu como ilha verídica no imaginário até o início do século XVIII (BENEDICT, 1892, p.346).



As ilhas se deslocaram constantemente para oeste conforme avançavam os conhecimentos além dos Pilares de Hércules. Nesse ínterim, o papel do Oceano Atlântico se modifica, sendo que é com o “novo mundo geográfico”⁵ que esse corpo aquático se configurou como “entidade nova e própria” (LOIS, 2007, p.2). As navegações marcaram os inícios do transitar pelo oceano, assumido como “espaço de conquista” (LOIS, 2007, p.2). O Oceano deixou de ser um elemento “ilimitado” e “oco” a partir de um processo de “reorganização do imaginário geográfico” (LOIS, 2007, p.2, tradução livre).

Em termos de historiografia, John Thornton (2004) se dedicou ao tema do Atlântico e sua integração a partir dos empreendimentos europeus. O autor buscou metodologicamente uma abordagem que fosse integradora e não proclamasse que a Europa esteve numa posição de superioridade civilizacional em relação aos continentes que eram interligados – periféricamente – às navegações atlânticas. Para isso, adota como fonte os trabalhos de Fernand Braudel (1902-1985) sobre a história do Mediterrâneo no sentido de encontrar análises que possam ser análogas quando o assunto se desloca para o Atlântico.

O principal trabalho adotado para essa análise braudeliana foi *La Méditerranée et le monde méditerranéen dans les temps de Philippe II*, com primeira publicação em 1949 (THORNTON, 2004, p. 41). Outra contribuição foi a obra posterior *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XVe XVIIIe siècles)* (1979), em que Braudel inseriu pormenores a respeito do Atlântico, principalmente no terceiro volume. Para Thornton (2004, p.41), com isso o historiador francês “tenta reverter” o desequilíbrio encontrado nas obras que tratavam da história atlântica e que haviam sido influenciadas por sua própria análise do Mediterrâneo (THORNTON, 2004, p.42).

Thornton (2004) não endossou análises que fragmentassem o espaço atlântico, da mesma forma como Braudel defendeu a análise do Mediterrâneo num sistema integrado. Trata-se de um enfoque para a história regional “introduzindo o conceito de história integrada pelo mar” (THORNTON, 2004, p.41-42). Como consequência, as navegações europeias no século XV inauguraram um tipo de interação entre continentes no Atlântico que mudou profundamente as relações e contatos entre eles. Estamos

⁵ O Novo Mundo por nós referido abrange “as duas seções do continente americano e a região centro-oeste da África” (THORNTON, 2004, p.54).



falando de comércio e trocas, que envolviam, igualmente, o deslocamento de pessoas, seja de maneira forçada ou não.

Assim, apesar de haver autores que realçaram as migrações dos colonizadores, os deslocamentos de africanos pelo Atlântico foi comparativamente maior até o século XIX. Esse fato requer análises historiográficas mais profundas dentro da análise integrada do Atlântico, sem que se deva endossar uma perspectiva unicamente europeia (THORNTON, 2004, p.41). “Não somente milhares de europeus mudaram-se para ilhas no Atlântico e para as Américas, como milhões de africanos atravessaram as ilhas do Atlântico e do Caribe e as Américas, tornando-se uma população dominante em algumas áreas” (THORNTON, 2004, p.54).

Outra ideia igualmente digna de menção proposta por Thornton (2004, p.55) é que a zona Atlântica não se restringia ao oceano em si, podendo abarcar as rotas fluviais que conectavam zonas interiores à costa. Para a história das navegações, portanto, “os caminhos por água definiram a região atlântica, e os rios a estenderam muito além do litoral. O domínio sobre o mar, no entanto, possibilitou a comunicação entre todas essas rotas continentais” (THORNTON, 2004, p.62).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No campo da História da Cartografia, Lois (2007) acompanhou analiticamente as mudanças verificadas na própria nomenclatura referente ao Oceano. O mundo tripartite já não era mais operativo e a *Quars part*, o continente americano, vem a delimitar o oceano, este que fora o Mar Tenebroso. Foi um processo de mudança na representação, que adotou como ponto de partida a *imensidão oceânica*, chegando ao paulatino enclausuramento a partir dos contornos do continente designado como “América” (LOIS, 2007, p.3, grifos da autora). “O mar, tão indefinido, é enclausurado e individualizado, assumindo diferente papel simbólico, que pode ser constatado nos mapas do período” (LOIS, 2007, p.2-3, tradução livre).

A obra *Theatrum Orbis Terrarum* (1570) de Abraham Ortelius, que “consagra essa nova configuração da geografia do mundo” trazida pelos navegantes, porta as inscrições *Mare Atlanticvm* ou *Oceanus Atlanticus*, embora não seja regra em todas as folhas da obra (LOIS, 2007, p.6). Em acréscimo, o Oceano Atlântico de Ortelius será preenchido por ilhas fantásticas, que expõem seu habitual papel mítico, na escala entre



dois mundos. Há uma mescla de ilhas “já conhecidas empiricamente (como Açores, as Canárias, Cabo Verde, Fernando de Noronha, Santa Helena etc), e aquelas que supõem o resultado de um desenvolvimento analítico tradicional fortemente arraigado ao lendário” (WITTMANN, 2017, p.6, tradução livre). Fazem parte desse conjunto os espaços insulares por nós mencionados anteriormente, como a Ilha Brasil, a Ilha de São Brandão e as Afortunadas (WITTMANN, 2017, p.7).

No *Typus Orbis Terrarum* (Figura 1), primeiro mapa da sequência proposta no *Theatrum Orbis Terrarum*, representa-se um conjunto de ilhas no Atlântico Norte, em que constam topônimos reais, como Irlanda e Inglaterra, mas também outras localidades fictícias da tradição de lugares lendários, incluindo a ilha de São Brandão e a ilha Brasil.

Essas representações insulares testemunham permanências de lugares lendários identificados no Atlântico Norte, próximos à linha do meridiano central adotado por Ortelius (BROOKE-HITCHING, 2017, p.83; p.204). Tais representações testemunham a “permanência da tradição de origem antiga e medieval, indicando uma das características fundamentais da época: a constante inter-relação entre realidade e fábula em termos geográficos” (WITTMANN, 2017, p.6, tradução livre). Sendo assim, “é necessário considerar os planos simbólico e imaginário” que abarcam as ilhas, para além de um “objeto geográfico” pura e simplesmente (LESTRINGANT, 2006, p.114, tradução livre).

As ilhas imaginadas estão num contexto que não diferencia “entre o verdadeiro e o fictício” (LOIS, 2007, p.8), inclusive no século XVI. Esses modos de conceber a geografia passaram por mutação no Renascimento, entretanto, não esqueçamos o peso que a mitologia exerce. Fica atestado que, após 1500, com o maior conhecimento das costas Atlânticas, essas ilhas fantásticas vão desaparecendo da cartografia renascentista (DALL’AGNOLA & BEVILACQUA, 2006, p.1160).



Figura 1: Detalhes das ilhas de São Brandão e Brasil no Atlântico Norte. Mapa *Typus Orbis Terrarum*, *Theatrum Orbis Terrarum* (1570). Abraham Ortelius.



Fonte: *Boston Public Library*⁶

A partir do exposto, houve o crescente exercício de poder sobre o oceano, porém, antigos medos e tradições não desapareceram de imediato. “A simbiose entre as primeiras navegações atlânticas e a recordação do Oceano como espaço de míticos perigos ainda está muito presente na mentalidade dos que o enfrentam” (WITTMANN, 2018, p.244). O diferencial é que, desta feita, as ilhas eram enormes atrativos e não mais fronteiras. Pela consulta bibliográfica, é evidente que o Oceano Atlântico foi estendido nos mapas, em vez de ocupar as suas bordas. Ao mesmo tempo, passou a adquirir feições próprias de ligação e “eixo” entre dois mundos que, na realidade, seriam um só, pois profundamente ligados pela cristandade ocidental (LOIS, 2007, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que os lugares lendários merecem estudos na área da Geografia, uma vez que foram anteriormente considerados reais e factuais ao longo da História da Cartografia. Essa atribuição de realidade e o potencial de mobilização de tais localidades inserem prolífico campo de investigação, em consonância com o maravilhoso medieval, que acompanha concepções de espaço bastante específicas, sem que o real e o fictício estejam dissociados de forma estanque. Fazem parte desse arcabouço do maravilhoso as diversas concepções sobre o oceano, em consonância com heranças mitológicas.

⁶Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:x633f946s>, acesso em 14 maio 2021.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

BENEDICT, R. D. The Hereford Map and the Legend of St. Brandan. **Journal of the American Geographical Society of New York**, vol. 24, p. 321-365, 1892.

BROOKE-HITCHING, Edward. **El Atlas Fantasma: grandes mitos, mentiras y errores de los mapas**. Barcelona: BLUME, 2017.

CORBIN, A. Introduction. CORBIN, Alain; RICHARD, Hélène (orgs). **La mer. Terreur et fascination**. Seuil: Bibliothèque nationale de France, 2004, p.11-16.

DALL'AGNOLA, M.; BEVILACQUA, A. El concepto cartográfico de La isla de Brazil y su presencia sobre mapas antiguos. In: **XVI Coloquio de Historia Canario-Americana: (2004)**. Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 1149-1173, 2006.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

ECO, U. **História das terras e lugares lendários**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FONSECA, L. A. da. **Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico: século XIV - século XVI**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

HARTOG, F. La haine de Poséidon. CORBIN, Alain; RICHARD, Hélène (orgs). **La mer. Terreur et fascination**. Seuil: Bibliothèque nationale de France, 2004, p.87-102.

LAMBERT, D.; MARTINS, L.; OGBORN, M. Currents, visions and voyages: historical geographies of the sea. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 3, p. 479-493, 2006.

LE GOFF, J. **O maravilhoso e quotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Ed.70, 1990.

LESTRINGANT, F. La voie des îles. **Médiévales. Langues, Textes, Histoire**, n. 47, p. 113-122, 2004, posto online no dia 02 setembro 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/medievales/506>, acesso em 27 abr. 2021.



LOIS, C. Mare Occidentale. La aventura de imaginar El Atlántico em los mapas Del siglo XVI. **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 7-8-9, 2007.

LOPES, P. **O Medo do Mar nos Descobrimientos** – Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

MAHN-LOT, M. Iles des bienheureux et Paradis terrestre. **Revue historique**, v. 281, n. Fasc. 1 (569), p. 47-50, 1989.

ORTELLO, A. **Theatro D'el orbe de la tierra**. Antuérpia: Plantin. 1602. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart49032/cart49032.pdf, acesso em 07 jun. 2021.

PURCELL, N. Oceanus (geographical). **Oxford Research Encyclopedia of Classics**. 2015. Disponível em:
<https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-4494?print=pdf>, acesso em 08 de junho de 2020.

STOCKHAMMER, R. Exokeanismós: the (un) mappability of literature. **Primerjalna Knjizevnost**, v. 36, n. 2, 123-138, 2013. Disponível em:
<https://search.proquest.com/scholarly-journals/exokeanismós-un-mappability-literature/docview/1443456639/se-2?accountid=8113>, acesso em 27 abr. 2021.

THORNTON, J. K. **A África e os africanos: na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

TOMÁS, Júlia. **Ensaio sobre o imaginário marítimo dos portugueses**. CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga, Portugal, 2013. eBook disponível em:
https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36470/1/Ebook_imaginario_mar.pdf, acesso em 27 abr. 2021.

WITTMANN, K. R. Las Islas Afortunadas como frontera hacia lo desconocido. Un estudio desde la cartografía medieval. **Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**, Nº 18, p. 233-255, 2018.

_____. La visión cartográfica del Atlántico en el siglo XVI: notas en torno al ejemplar del Theatrum Orbis Terrarum conservado en el Fondo Antiguo de la Universidad de La Laguna. **Actas del XXII Coloquio de Historia Canario-Americana**, p. 1-15, 2017.

_____. Descubriendo el velo. El recuerdo medieval de las Afortunadas en los portulanos mediterráneos del XIV. **Revista de Historia Canaria**, n. 197, p.237-261, 2015. Disponível em:
https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/4701/RHC_197_%282015%29_08.pdf?sequence=1&isAllowed=y, acesso em 27 abr. 2021.